

CEDI - P. I. B.
DATA 24. 10. 84
COD. K 0 0 0 0 0 2

AS RESERVAS EXTRATIVISTAS COMO ALTERNATIVA AO DESMATAMENTO
NA AMAZÔNIA

Mario A: Menezes
Engº Agrº

Brasília, Dez/90

INTRODUÇÃO

É corrente, ainda hoje, o pensamento de que a Amazônia constitui um ecossistema homogêneo, dotado de particularidades como a floresta e a extensa rede de rios, que emprestariam contornos a um único sistema biológico a dar, por sua vez, concretude ao "Inferno Verde" de outrora mais tarde colocado na perspectiva de "Celeiro do Mundo".

Paradigmas forjados à distância, esses aforismos visionários pretenderam fazer da Miléia o que de mais inóspito e inacessível havia nos trópicos, para depois, vislumbrarem entre os liames de seus fustes e copas a "Terra Prometida" capaz de mitigar a fome do Planeta. Tudo ao sabor de fantasias e interesses exógenos à Região, que marginalizam e preterem, desde sempre, as populações locais e seus conhecimentos e saberes seculares.

Dessas antevistas totalitárias e não cumpridas, nasce a contemporânea e que maior poder de vaticínio encerra: a do "Deserto Vermelho" a que estaria destinada a Amazônia, a continuar atual e desordenado processo de expansão, que a submete há duas décadas.

Nesse contexto, as Reservas Extrativistas surgem como formas de resistência de uma importante parcela da população regional - a extrativista, representada principalmente pelos seringueiros - ao mesmo processo de expansão a que continuam resistindo, à duras penas, as populações indígenas amazônicas. Na origem, Reservas Extrativistas e Reservas Indígenas têm a mesma razão de ser e ambas são a antítese dos paradigmas impostos à região à época em que apenas suas drogas e sua borracha interessavam ao Mundo. Hoje, essas áreas protegidas nos interessam a todos, porque a todos interessa a diversidade amazônica - seja ela biológica, sócio-cultural ou econômica - em contraposição à homogeneidade que somente o deserto pode reproduzir.

A ocupação do território amazônico exige ordenamento espacial das atividades produtivas e respeito às formas pré-existentes de construção dos espaços dentro da floresta, a elas reconhecendo o direito (e possibilitando os meios) ao desenvolvimento social e econômico. Por constituir atividade produtiva ajustada às condições naturais de considerável extensão da superfície amazônica, o extrativismo auto-sustentado faz das Reservas Extrativistas uma forma adequada e moderna de ocupação destes espaços e uma das alternativas ao desmatamento na Amazônia.

II - CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS

A proposta de criação das Reservas Extrativistas nasceu como forma de resistência dos seringueiros do Acre, ao processo de expansão capitalista naquele Estado, tendo como pano de fundo a intrincada e injusta estrutura fundiária ali predominante.

Até 1966, quando o Projeto RADAMBRASIL realizou o levantamento de seus recursos naturais, o Acre possuía 70% de seu território ocupados por seringais e castanhais dotados de potencial extrativo (ver fig.1). Hoje, desmatados mais de 12% de sua superfície, esse percentual pode ter caído na mesma proporção, mas o Estado continua sendo eminentemente extrativista.

Nessa grande extensão com potencial extrativo (aproximadamente 10 dos 15 milhões de hectares que conformam o território estadual), a atividade produtiva constrói o seu espaço a partir da capacidade natural de uso para o extrativismo. Ou seja, a estrutura espacial da ocupação, e a ocupação mesma, se submetem e respeitam as condições naturais nela predominantes (fig. 2 e3).

É dessa forma que o extrativismo auto-sustentado vem se desenvolvendo há mais de um século na região, dando mostras de sua adequabilidade ecológica e econômica, apesar das graves distorções sociais geradas pelo quadro de relações de dependência mantido entre o seringalista - grande parte dos quais já substituída por fazendeiros do Sul - e o seringueiro, ampla e profundamente desfavorável a este último.

Até 1970, a situação predominante no Acre se apresentava como a descrita, não se imputando à terra nenhum valor econômico, como bem de produção, senão aquele representado pelo seringal. O valor da propriedade era determinado em função do número de seringueiras que ela continha. Assim, para o seringalista, a situação jurídica de suas terras se punha em segundo plano, pois suas "estradas"¹ de seringa e sua produção eram garantidas pela estrutura de controle que sobre elas mantinha, tendo no seringueiro, e seu trabalho na mata, a forma mais eficaz de sinalizar os seus domínios. Já para o seringueiro não restava outra alternativa que estar sob jugo do patrão, isolado em sua lida, impossibilitado de organizar-se na reivindicação de melhores condições de vida e excluído do acesso à terra. Além disso, mesmo que houvesse motivação por parte dos

1 Picadas que levam de uma seringueira à outra, na mata. Cada "estrada" possui, em média, de 100 a 120 seringueiras.





MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

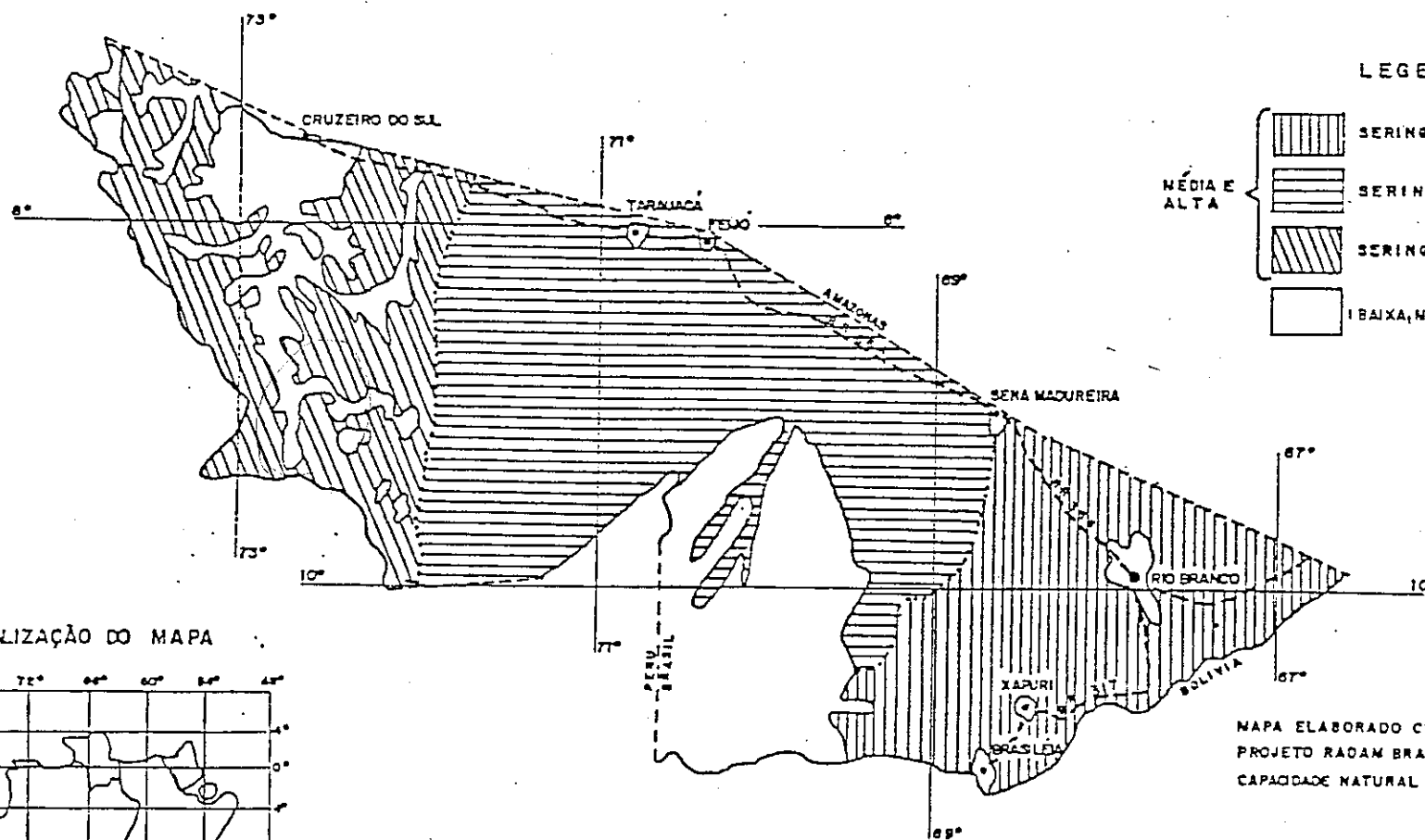
PROJETO DE ASSENTAMENTO EXTRATIVISTA

ESTADO DO ACRE
 EXTRATIVISMO VEGETAL
 (Classes de Capacidade Natural)

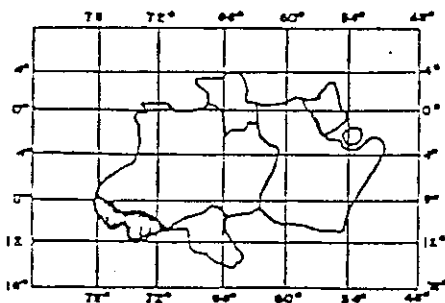
Fig. 1

LEGENDA

- | | | |
|--------------|---|--|
| MÉDIA E ALTA |  | SERINGA, ACAÍ E CASTANHA |
| |  | SERINGA E ACAÍ |
| |  | SERINGA E SORVA |
| |  | BAIXA, MUITO BAIXA OU NÃO SIGNIFICANTE |



LOCALIZAÇÃO DO MAPA



MAPA ELABORADO COM BASE NOS TRABALHOS DO PROJETO RADAM BRASIL, INDICANDO ÁREAS DE CAPACIDADE NATURAL PARA EXTRATIVISMO VEGETAL.

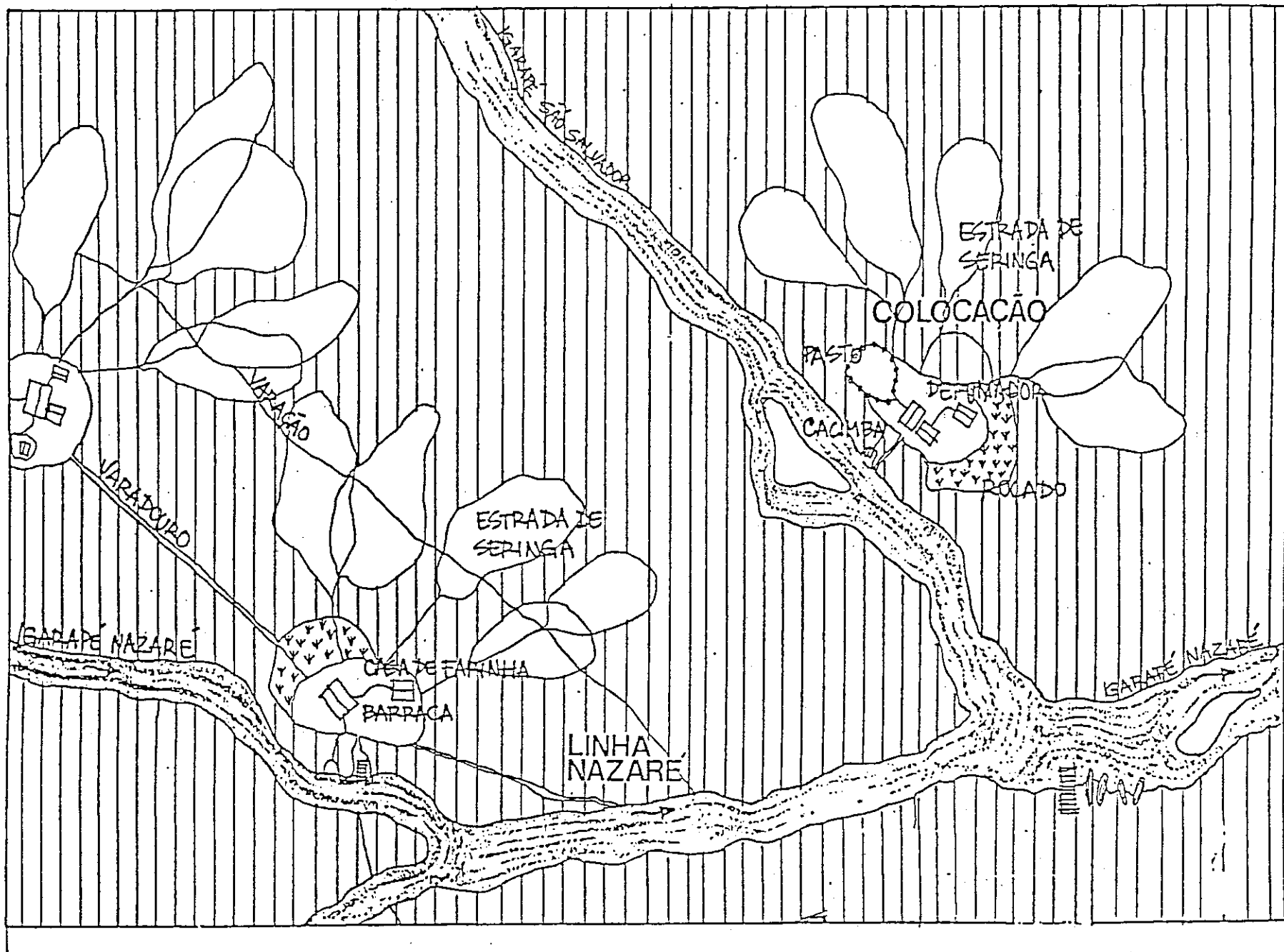
FONTE: MAPA DE USO POTENCIAL DATERRA-1976

0 Km 40 200 Km

ESCALA 1:4.000.000.

1987

Fig. 2 - O Seringal: um espaço construído e habitado na floresta



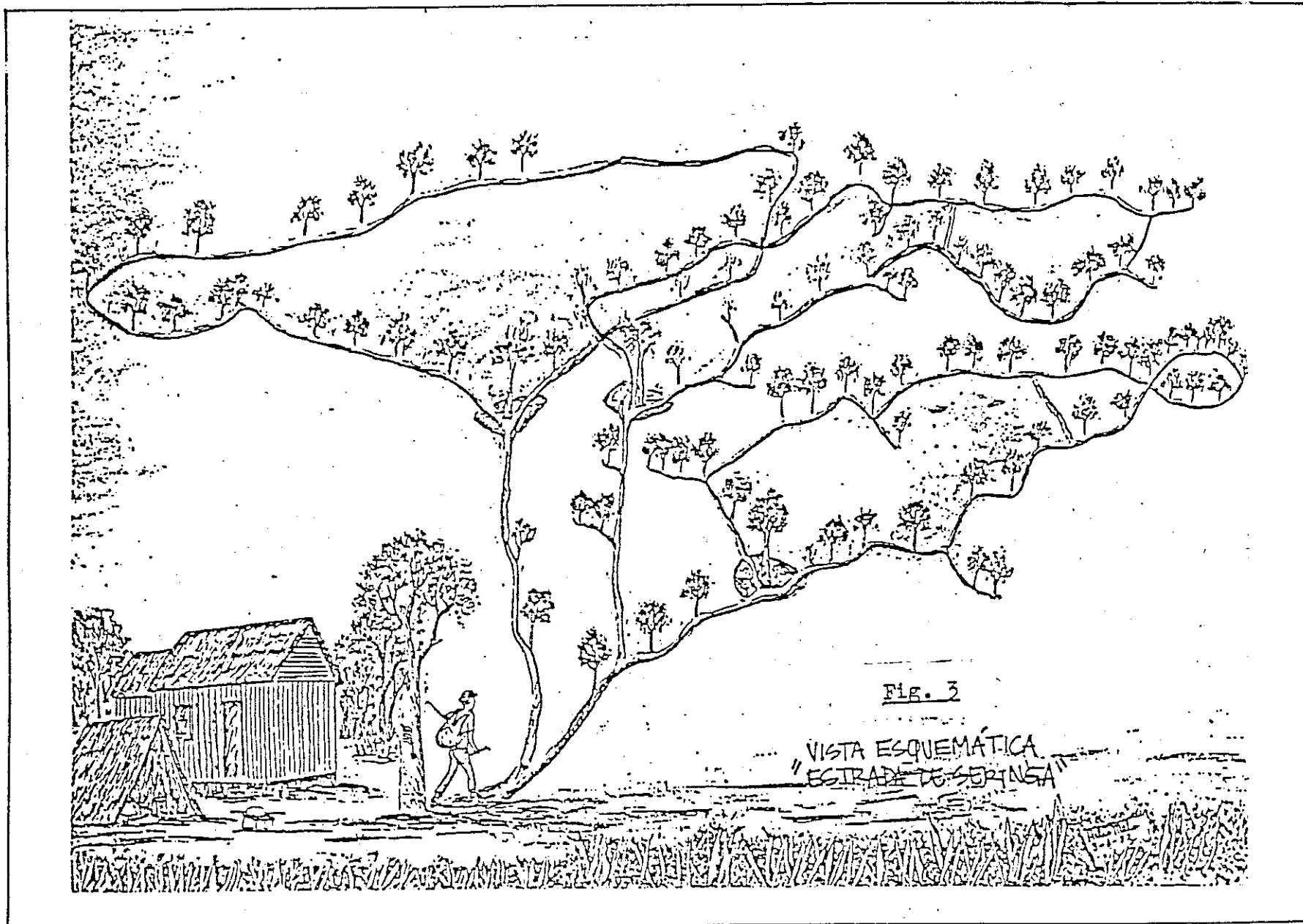


Fig. 3

VISTA ESQUEMÁTICA
"ESTRADA DE SERINSA"

proprietários e posseiros, com vistas à regularização das terras, o Estado não dispunha de uma estrutura jurídica suficiente e eficaz para atendê-la.

Foi este quadro que a expansão capitalista encontrou no Acre, quando o "modelo de economia aberta" adotado pelo Estado brasileiro, a partir de 1964, incorporou a região amazônica à fronteira de desenvolvimento extensivo do capital, no início da década de 70.

Encontrando o sistema extrativista desarticulado e a terra valendo tão pouco, a expansão capitalista no Acre produziu uma brutal confrontação entre essa atividade tradicional e a empresa "moderna", que tem na pecuária seu móvel mais representativo, no processo de redescoberta daquele Estado. Tudo isso com a anuência do Poder, que além de promover esse processo através de abertura de linhas de crédito fácil e barato aos novos proprietários, com a criação de programas como o PROTERRA e o PROBOR, e outras formas indiretas de suporte à expansão, entrava, ele próprio, como agente do processo, transferindo para o Acre, pela colonização oficial, grandes contingentes de trabalhadores oriundos do sul do País.

Essas duas frentes de expansão - a pecuária e a colonização agrícola - de forma diversa à do extrativismo sustentado, impõem-se como modelos transformadores das condições naturais encontradas nas áreas que ocupam, com grau de linearidade quase absoluto, não provendo de um mínimo de adequabilidade o espaço construído na ocupação. A fig. 4 ilustra bem essa linearidade nos projetos de colonização - no caso, trata-se do Projeto URUP em Rondônia. Uma comparação com a fig. 2 mostra a radical diferença entre as duas formas de construção do espaço, na floresta: a primeira, mostrando como uma atividade sustentada se insere e passa a fazer parte do ecossistema florestal; a segunda, como a floresta cede lugar e é substituída para a implantação de uma atividade desprovida de auto-sustentabilidade. Essa diferença é tanto mais radical quanto maior for a extensão ocupada pela atividade não-sustentada. O espaço construído pela pecuária, por exemplo - impossível de ser ilustrado graficamente - substitui a floresta por inteiro e, ao tomar áreas de ocupação extrativista e outras formas de ocupação tradicional, destrói mais do que a floresta: leva ao desmantelamento de uma estrutura social ajustada ao meio, produzindo o esvaziamento da área, num processo melhor caracterizado como de desocupação.

Do confronto entre a estrutura chegada e a tradicional, nasceu uma forma de resistência inédita entre os trabalhadores rurais brasileiros: o "empate", que significa impedir, empatar uma atividade. No caso, o desmatamento. Por conta e riscos próprios, os seringueiros e suas famílias vêm assumindo, desde 1979, o impedimento das

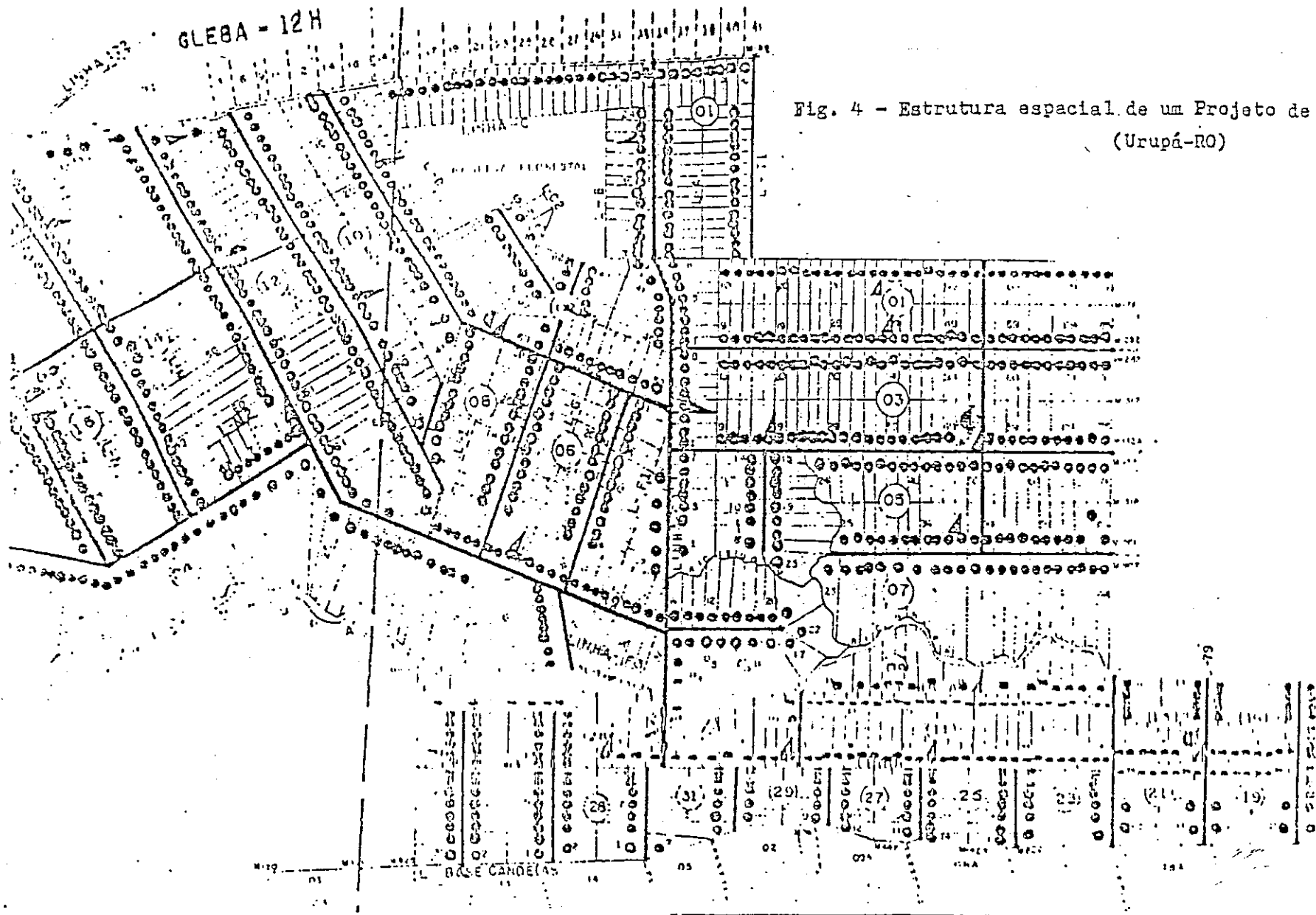


Fig. 4 - Estrutura espacial de um Projeto de Colonia (Urupá-RO)

derrubadas na região. Enfrentando mandatos judiciais, o poderio do latifúndio e, não raramente, a Polícia do Estado, os seringueiros, com suas mulheres e crianças deslocam-se para a linha de frente de uma derrubada e, pacificamente, tentam convencer os trabalhadores contratados para o serviço de desmatamento, a abandonarem a área, deixando a mata de pé, porque dela dependem para viver. Todavia, essa é uma luta tão desigual que dos, aproximadamente, 50 "empates" realizados até hoje, apenas 16 ou 17 resultaram exitosos. Apesar disso, uma área superior a 1,2 milhão de hectares deixou de ser derrubada, a partir dessa forma de resistência, garantindo a permanência decentenas de famílias em suas "colocações" (unidade produtiva dentro do seringal, onde vive e trabalha o seringueiro. Cada "colocação" possui em média 03 "estradas" de seringa.).

Em 1985, depois que os "empates" chegaram a ganhar repercussão nacional e os fazendeiros a impor com mais força sua vontade, os seringueiros decidiram sair da floresta, mostrarem-se à sociedade e fazer de sua realidade um fato social. Assim, em outubro daquele mesmo ano, realizam em Brasília o I Encontro Nacional dos Seringueiros, evento que marca o lançamento, em nível nacional, da proposta de criação das Reservas Extrativistas e no âmbito do qual decidem pela constituição do Conselho Nacional dos Seringueiros, que teria como uma de suas principais atribuições a viabilização das Reservas.

No início de 1987, sem nenhum ponto da pauta de reivindicações tirada do I Encontro atendido pelo Governo Federal, os seringueiros retornam à Brasília em comissão, dessa vez contando, também, com representantes dos índios, numa iniciativa que levaria a Aliança dos Povos da Floresta, constituída logo a seguir. Liderados por Chico Mendes, trabalhadores extrativistas conseguiram, finalmente, sensibilizar o Poder Público para a proposta que vinham tentando viabilizar. Estando em curso as atividades da Assembléia Nacional Constituinte, num momento em que as perspectivas de uma reforma agrária efetiva se desenhavam de forma bastante favorável, os seringueiros tiveram sua reivindicação primeira - a criação das Reservas Extrativistas - encampada pela direção do INCRA, que a transformou na modalidade de assentamento extrativista. Essa modalidade de assentamento foi criada por aquele órgão fundiário, através da Portaria INCRA n 627, de 30 de julho de 1987, no contexto de Reforma Agrária.

Mais tarde, em janeiro de 1990, a figura Reserva Extrativista é regulamentada, também, no âmbito do IBAMA, através do Decreto-Lei 98.890, em cumprimento da Lei 7.804 de 18 de julho de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.

O reconhecimento dessa reivindicação, pelo Poder público, através de dois órgãos da instância federal, numa aparente duplicação de esforços, tem sua explicação na própria natureza da atividade extrativista auto-sustentada, o que será discutido no próximo tópico.

III - CONCEITUAÇÃO DE RESERVAS EXTRATIVISTAS

Genericamente, Reservas Extrativistas podem ser definidas como áreas dotadas de potencial extrativo, incorporadas ao processo produtivo - ou que a ele venham incorporar-se - através do desenvolvimento, por populações extrativistas, de atividades auto-sustentadas do ponto de vista ecológico e economicamente rentáveis, às quais o Estado assegure autonomia, direito ao usufruto das bases de recursos naturais e potencialização das atividades econômicas e sociais.

Há, portanto, diferenças básicas e fundamentais entre uma Reserva Extrativista e um seringal. Na Reserva, desaparecem as relações de dependência que submetem o trabalhador ao patrão ou ao intermediário, passando o seringal a território de usufruto do seringueiro e sua família, onde a atividade extrativista e a vida mesma se exerçam em plenitude. Logo, o seringal não constitui modelo para as Reservas Extrativistas, porquanto não passa de uma estrutura forjada no jugo e na espoliação; a "colocação", unidade produtiva dentro do seringal, construída e ocupada pelo seringueiro é que lhe serve de princípio.

Como visto no item anterior, as Reservas Extrativistas são oficialmente reconhecidas pelo Poder Público, através de duas instâncias: no contexto da Reforma Agrária (INCRA) e no âmbito da Política Nacional de Meio Ambiente (IBAMA). No INCRA, onde recebeu a denominação oficial de Projeto de Assentamento Extrativista (Portaria n 627, de 30/07/87) são destinadas "à exploração de áreas dotadas de riquezas extrativistas, através de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, a serem executadas pelas populações que ocupem ou venham a ocupar as mencionadas áreas". Sua destinação, pelo órgão fundiário, "dar-se-á mediante concessão de uso, em regime comunal, segundo a forma decidida pelas comunidades concessionárias - associativas, condominial ou cooperativista". No IBAMA, as Reservas Extrativistas são unidades de manejo sustentado definidas como "espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais, por população extrativista". Pelo que se dispõe, ainda, o Decreto Lei 98.997 de 31.01.90, as Reservas serão criadas "em espaços territoriais considerados de interesse ecológico e social" e sua exploração e conservação "serão regulados por decreto de concessão real de uso...".

Não há, portanto, nenhuma diferença essencial, senão de forma, nesses conceitos oficiais do que sejam as Reservas Extrativistas e os Projetos de Assentamento Extrativista. A razão deterem sua implementação, no âmbito oficial, a cargo de duas instituições diferentes está no fato de constituírem uma unidade que consegue ser, concomitantemente, produtiva e conservacionista. Ou seja, apresentam um dualismo que as caracteriza como uma unidade onde a produção e conservação são partes essenciais de um mesmo processo. Como produção e conservação são aspectos tratados por diferentes áreas na instância do poder, a proposta dos trabalhadores extrativistas terminou por receber dois conceitos oficiais, que se materializam sob a mesma forma jurídica: concessão de uso da terra. Entretanto, a atuação de um desses órgãos não exclui a do outro, devendo ambas coexistirem para o atendimento alternativo de casos diferenciados.

A criação de Projetos de Assentamentos Extrativistas requer desapropriação das áreas onde se implantam, ao passo que as reservas Extrativistas são criadas independentemente de sua situação fundiária. No Assentamento Extrativista, o INCRA entrega a área desembaraçada do ponto jurídico da posse, mas o órgão perdeu muito do seu poder de implementação da proposta, desde que a Reforma Agrária deixou de ser prioridade no atual Governo. Esse esvaziamento da Reforma foi acompanhado pela ampliação de perspectivas favoráveis no âmbito da política ambiental, de modo que, ao menos conjunturalmente, a proposta dos seringueiros encontra melhores condições de viabilização junto ao IBAMA.

As fig.5 e 6 ilustram como se estruturam espacialmente as Reservas ou os Projetos de Assentamento Extrativista.

IV - ASPECTOS COMPARATIVOS DO EXTRATIVISMO COM A PECUÁRIA E AGRICULTURA, NA AMAZÔNIA

É marcante a preocupação entre técnicos e dirigentes de instituições nacionais e estrangeiras, governamentais e não governamentais - com destaque para os bancos internacionais e agências de cooperação - sobre a viabilidade econômica das Reservas Extrativistas.

De modo geral, o questionamento dessa viabilidade parece acompanhado do pressuposto, não explícito, de que: a) criada uma Reserva, o seringal continuaria existindo e com ele toda a estrutura anacrônica que submete a atividade sócio-econômica nele desenvolvida e b) à viabilidade econômica nem sempre se vincularia à auto-sustentabilidade da atividade produtiva, a qual caberia o papel de produzir resultados econômicos imediatos, ainda que à custa do comprometimento da base de recursos que utiliza.

Quando comparados, alguns aspectos das principais atividades produtivas denotam que, na grande maioria das

Fig. 5 - Estruturação espacial de uma Reserva Extrativista

70

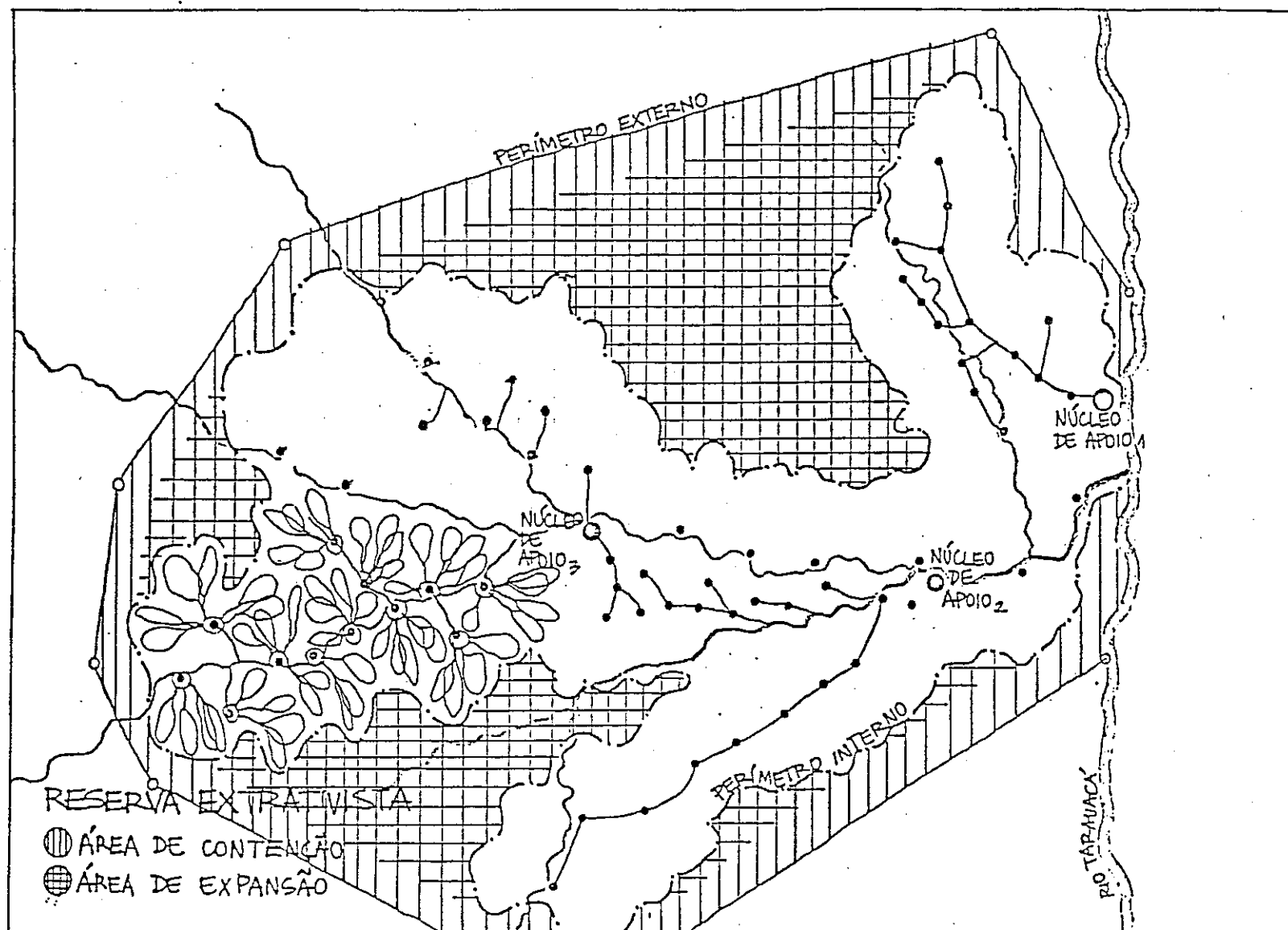
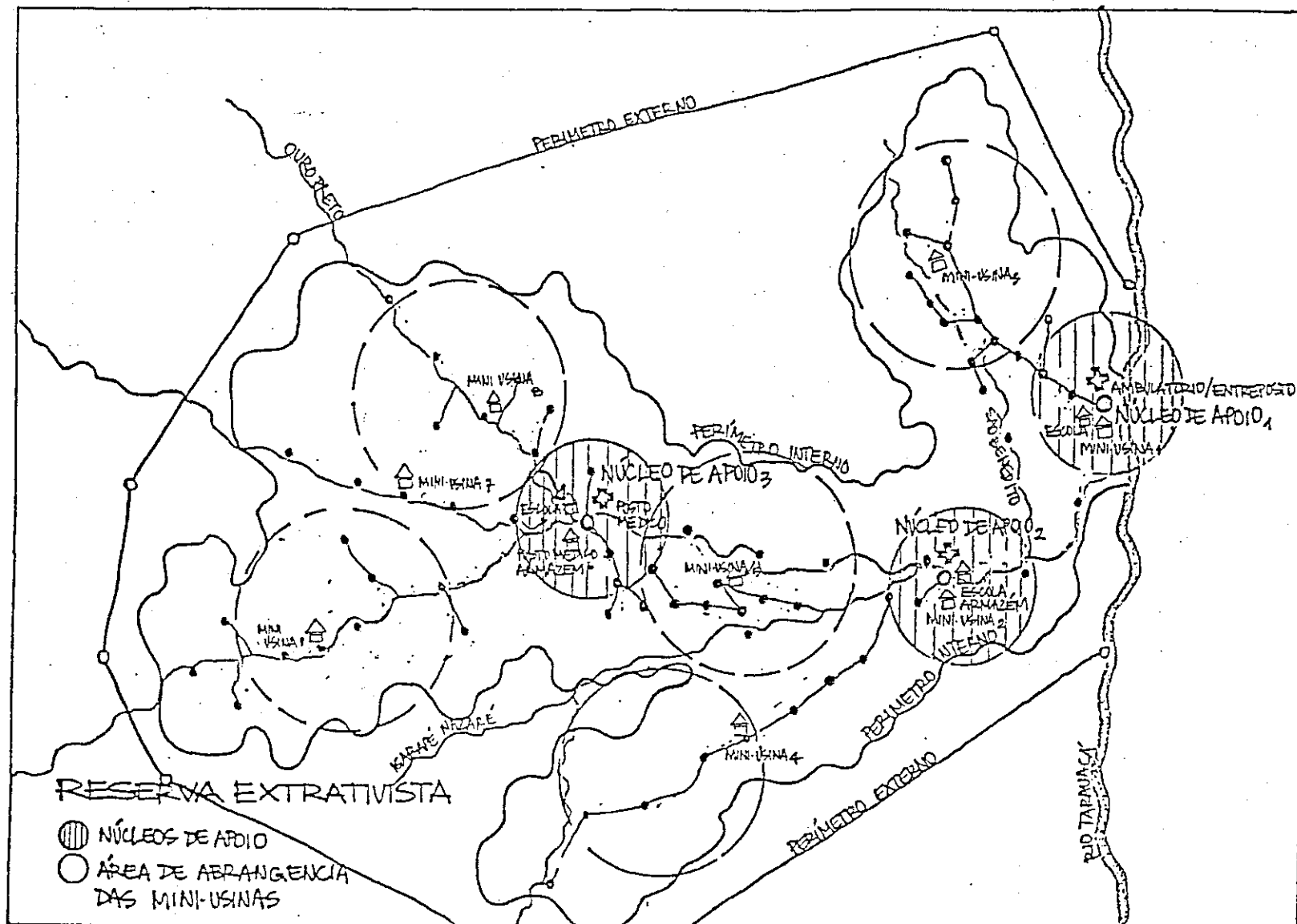


Fig. 6 - Estruturação espacial de uma Reserva Extrativista
(detalhe)

7b



vezes, essa preocupação deveria estar voltada, principalmente, para as atividades não tradicionais da região; precisamente aquelas que presidem o processo de expansão naquela "fronteira": a pecuária e a colonização.

1) - Aspectos Econômicos e Ecológicos das Diferentes Atividades

No Acre, apesar de todos os meios (muitos ilícitos) de que o capital se valeu para o rápido avanço de sua expansão, tendo na pecuária sua principal estratégia de apropriação, a arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICM, importante fator de medição da atividade econômica, no Estado, em 1979, nove anos depois de iniciado aquele processo, tinha no extrativismo 29,4% do total gerado, contra apenas 1,3% na pecuária.

Na região do Alto Purus - a que maior impacto tem recebido do processo expansionista - os números relativos à arrecadação de ICM e aos níveis de intervenção da atividade humana sobre a base de recursos naturais e o meio ambiente - categóricos na indicação do grau de auto-sustentabilidade das diferentes atividades ali desenvolvidas - não deixam dúvidas quanto ao erro que o Estado Brasileiro vem cometendo na ocupação amazônica.

Estudos que acabam de ser concluídos pela Fundação de Tecnologia do Estado do Acre (FUNTAC), evidenciam esse erro. Tomado o conjunto dos cinco principais municípios da região do Alto Purus - Rio Branco, Xapuri, Brasiléia, Sena Madureira e Assis Brasil - verifica-se que, nos últimos vinte anos, apesar da propalada necessidade de ocupação da "fronteira" amazônica pela "moderna" empresa, a pecuarização desses municípios tem produzido, fundamentalmente, destruição e mais pobreza naquela área, num processo que antes esvazia do que ocupa. Os três municípios mais conhecidos da região - Rio Branco, Xapuri e Brasiléia - apresentam de 12 a 17% de seus territórios desmatados (bem acima do índice para a Amazônia e o próprio Acre, de 8% e 12%, respectivamente), onde a pecuária responde por 50 a 72% dos desmatamentos.

Considerada a colonização - segunda forma de ocupação mais adotada pelo Estado brasileiro, nas áreas de "fronteira", com o Acrenã fugindo a essa regra - vê-se que as duas principais frentes, a pecuária e a colonização, respondem juntas por 55 a 80% dessa intervenção.

Já o extrativismo, que quanto a sua participação como agente antrópico foi considerado, no estudo, juntamente com as atividades desenvolvidas nas colônias e mais os roçados, responderia por 05 a 13% dos desmatamentos havidos nesses municípios (na verdade, consideravelmente menos, visto que esses valores estão agregados).

E qual a contrapartida econômica de cada uma dessas formas de intervenção, naquele Estado? Nos cinco municípios considerados, a participação do extrativismo na composição do ICM gerado pelo Setor Primário, em 1987, variou de um mínimo de 80%, em Rio Branco, a 93% em Brasiléia, tendo a pecuária dela participado com os percentuais de 4,5%, em Brasiléia, a um máximo de 10,5% em Assis Brasil (ver fig. 7, 8 e 9).

Até 1985, quando 3,5% do Estado do Acre estavam desmatados, os custos de recuperação dessas áreas, mais o valor da produção extrativista perdida com o desmatamento, se elevavam a algo próximo a US\$ 800 milhões. Hoje, desmatados 12,8% do território acreano, essa perda mais do que triplicou, alcançando a US\$ 2,5 bilhões.

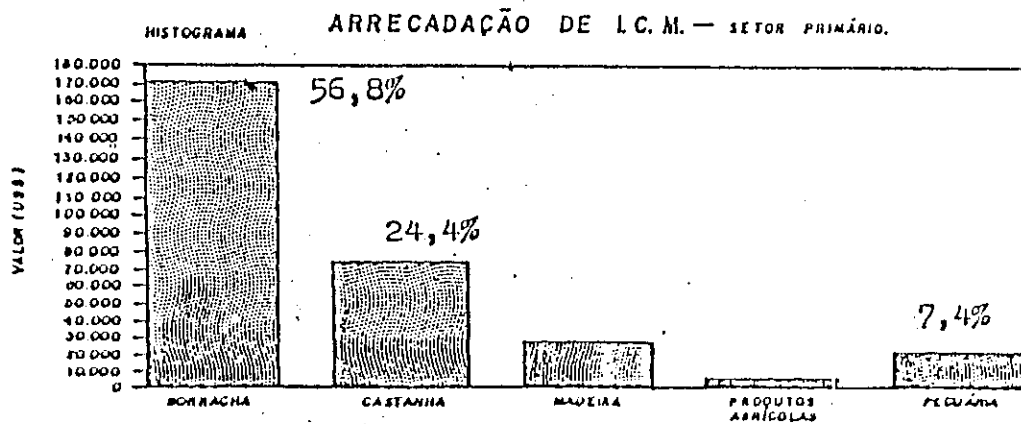
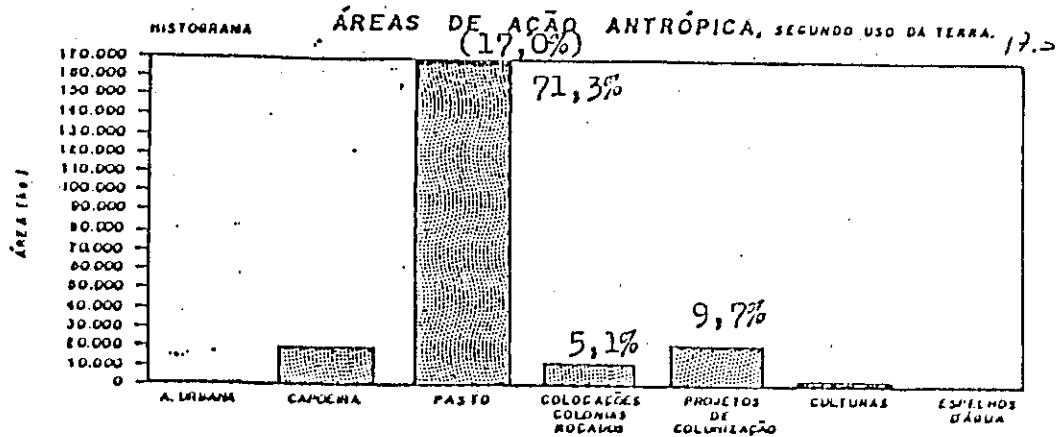
A eloquência desses números comprova as teses que as populações mais organizadas dessa região, de modo particular os seringueiros, vêm defendendo e denunciando junto à sociedade e ao Poder Público: 1) sobre a inadequabilidade de um modelo de ocupação, para a Amazônia e para o Acre, centrado na pecuária e nos projetos de colonização agrícola e 2) da viabilidade econômica da atividade extrativista tradicional - afora sua sustentabilidade ecológica, sobejamente (re)conhecida.

Em Rondônia, o Plano Agropecuário e Florestal do Estado Planaflo, elaborado em 1989 e submetido ao Banco Mundial para a obtenção de financiamento, reforça a tese sobre a inadequabilidade desse modelo de ocupação, ao diagnosticar a principal consequência provocada pelo intenso e desordenado processo de expansão em curso naquele Estado. Ali, pelo menos 21% ou 5,1 milhões de hectares da cobertura florestal original já desapareceram, dos quais 3,2 milhões de hectares ou 63% da superfície desmatada foram abandonados e encontram-se na forma de capoeira, depois de curto período de exploração.

Segundo, ainda, esse mesmo plano, embora a agricultura de Rondônia tenha se firmado como produtora de excedentes líquidos, a economia da produção agropecuária, em seus parâmetros atuais não assegura a sustentação, a médio prazo, das populações assentadas. Prevê, em função disso, acelerado processo de migração nos próximos anos (rural-urbano, no âmbito de Rondônia ou rural-rural, no âmbito amazônico), com a concentração fundiária e o avanço, em grande escala, da pecuária de corte no estado.

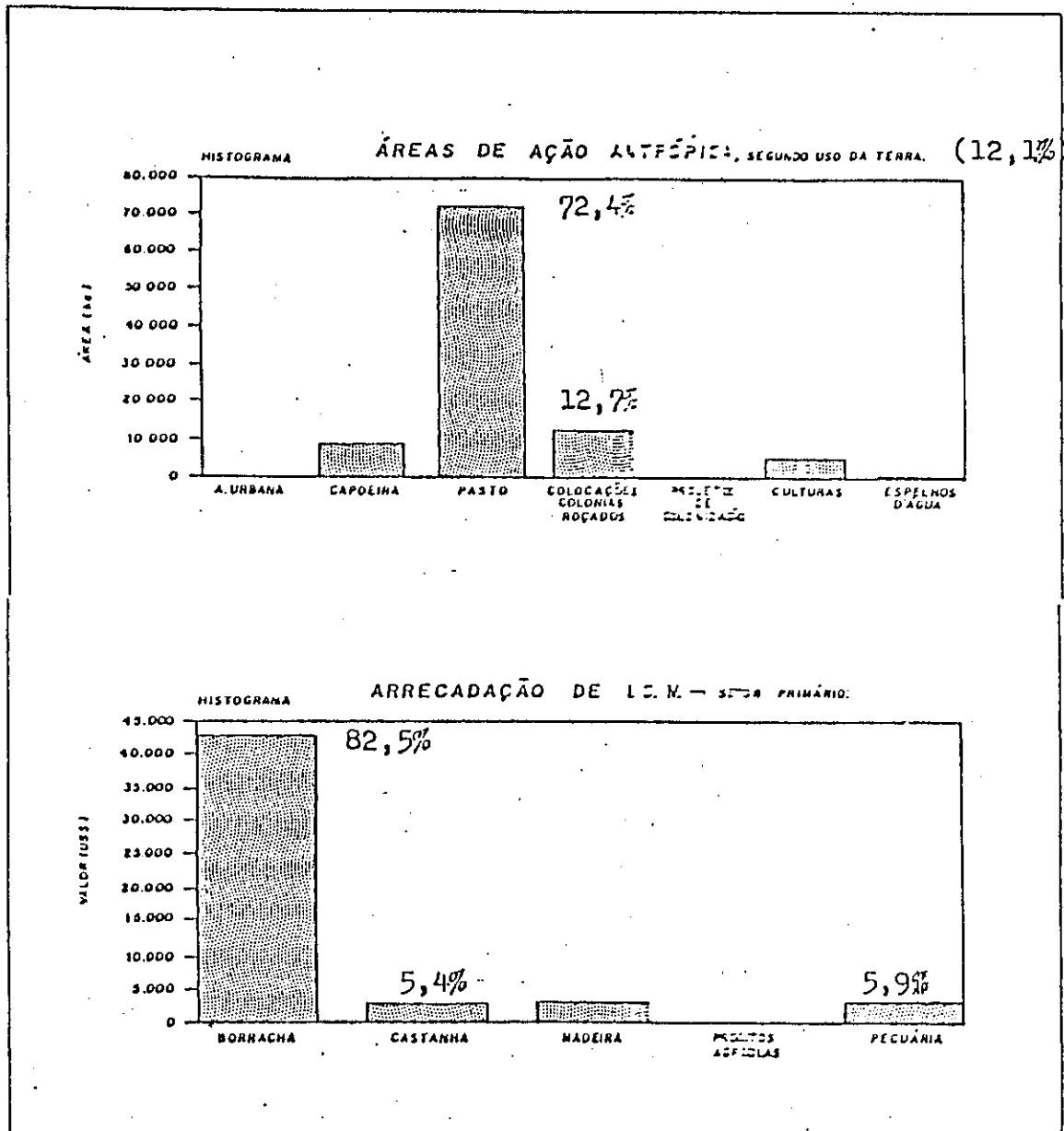
O irônico desse processo é que em extensões significativas das áreas transformadas em capoeira, predominava o potencial extrativo, em grande parte ocupadas por seringueiros. Assim, as atividades tidas como

Fig. 7 - Ação Antrópica/Arrecadação de ICM - Rio Branco



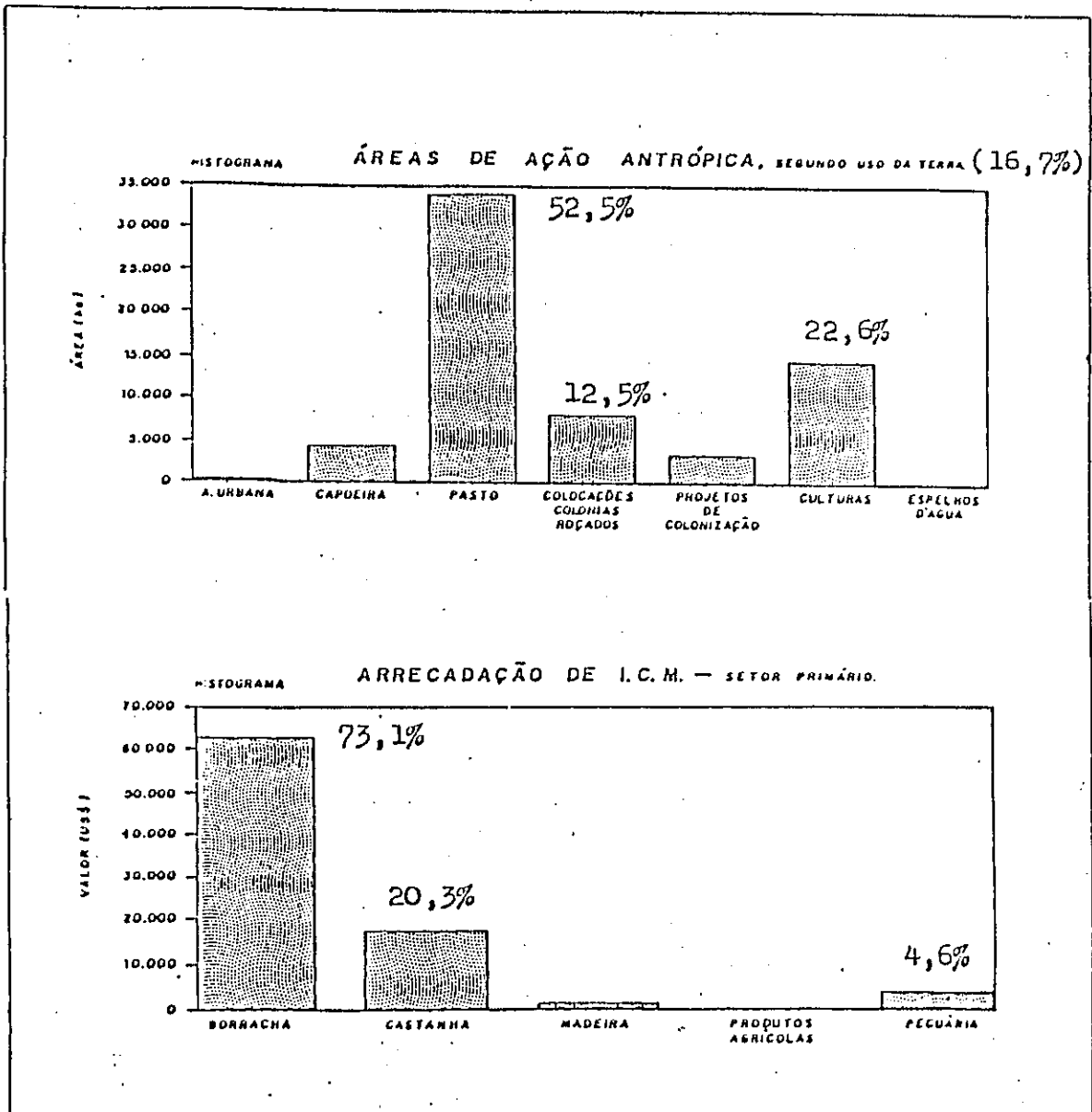
Fonte - FUNTAC, 1990.

Fig. 8 - Ação Antrópica/Arrecadação de L.C.M. - Xapuri



Fonte - FUNTAC, 1990.

Fig: 9 - Ação Antrópica/Arrecadação de ICM - Brasília



Fonte - FUNTAC, 1990.

economicamente viáveis, inviabilizam, primeiro, as atividades tradicionais, auto-sustentadas e produtivas, para logo em seguida, mostrarem-se inviáveis elas mesmas, tendo produzido um quadro praticamente irreversível do ponto de vista da utilização econômica dos recursos que incorporou e consumiu tão rapidamente.

Nos demais Estados da região, a situação não é diferente. No Pará, o conhecido Polígono dos Castanhais, na região de Marabá, já não pode ser assim considerado, porque mais de 54% de sua superfície - grande parte da qual dominada por castanhais - foram transformados em pastagens, roçados e capoeiras. Essa que já foi a área que mais produzia castanha na Amazônia, hoje é palco de conflitos e mortes na disputa pela posse da terra, entre latifundiários e posseiros forâneos, numa sucessão de violências que marginaliza as populações extrativistas locais e leva a mais desmatamentos da região.

No Amapá, o Projeto Jari, hoje nacionalizado, consome 4.000 metros cúbicos de madeira nativa por dia, para suprir parte da matéria-prima (fibra natural) necessária à produção de 220 mil toneladas de celulose/ano e de toda a energia - de geração termelétrica - dispendida pelo Projeto. São mais de 6.000 hectares de matas derrubados todos os anos, o que tem levado à destruição sistemática dos castanhais e seringueis nessa área. Implantado em 1967, o pequeno lucro operacional que o projeto começa a apresentar a partir deste ano, está sendo conseguido à custa da literal conversão da floresta amazônica naquele trecho e da marginalização das populações locais.

Em Roraima, na região do Rio Caroebe, sudeste do Estado, grande parte dos agricultores assentados a partir de 1980, em projetos de colonização criados pelo governo do então Território Federal ao longo da Perimetral Norte, vem se valendo da produção de uma grande área de castanhais ali existente. Em anos passados, essa produção chegou a representar a principal fonte de renda desses trabalhadores, que com ela quitavam empréstimos contraídos, junto ao Banco do Brasil, para o cultivo de arroz, cuja renda não alcançava, sequer, o valor do financiamento bancário. O município de São João do Balisa, durante 1983 e 1984, tinha na comercialização da castanha sua mais importante fonte de arrecadação de ICM. Hoje os trabalhadores e o município continuam dependendo dessa produção, em face da não-sustentabilidade da atividade agropecuária na região, mas o latifúndio e as empresas madeireiras seguem avançando sobre os castanhais.

Em toda a Amazônia, apesar da usurpação, injustiça e violência a que está submetido, o trabalhador extrativista vem, há mais de um século, se reproduzindo a si e a sua família, tendo criado uma riqueza que ainda marca Belém e

Manaus, com seus teatros europeus, palacetes e casarões, que deixam transparecer uma época de muita pompa e luxo. Ainda que sem a pujança do início do século ou do imediato pós guerra, essa riqueza continua sendo forjada no fundo dos seringais, segundo os mesmos métodos daquele idos.

Recentemente, a revista americana Nature publicou estudo realizado por pesquisadores do Jardim Botânico de Missouri e Universidade de Yale, nos Estados Unidos, sobre a economicidade do extrativismo na Amazônia peruana. Segundo C. Peters, A. Gentry e R. Mendelsohn, responsáveis pelo estudo, um hectare de floresta dotada de potencial extrativo gerava em 1987, US\$ 422/ano, a partir de safras sustentáveis de frutos e látex, para um salário mínimo nacional de US\$ 25.

Outro estudo, realizado por Christopher Uhl, Daniel Nepstade (ambos da EMBRAPA) e Ima Vieira (Museu Paraense Emílio Goeldi), na região de Paragominas (PA), onde está sendo implantada grande parte dos projetos agropecuários incentivados da Amazônia, mostra que 1 ha de pastagem dá suporte a 0,75 animal, produzindo 65 kg de gado em pé ou 22 kg de carne, com 19% de proteínas. Comparando esses números com de outras atividades econômicas, o mesmo estudo dá a conhecer, no caso da castanha, que 1 ha com uma única castanheira produz até 30 kg de amêndoas, com 21% de proteína. Isso sem considerar a utilização de outros produtos e espécies, que a coleta de castanha possibilita, além da manutenção das condições naturais da floresta, coisas que a pecuária, nos moldes como desenvolvida na região, inviabiliza por completo.

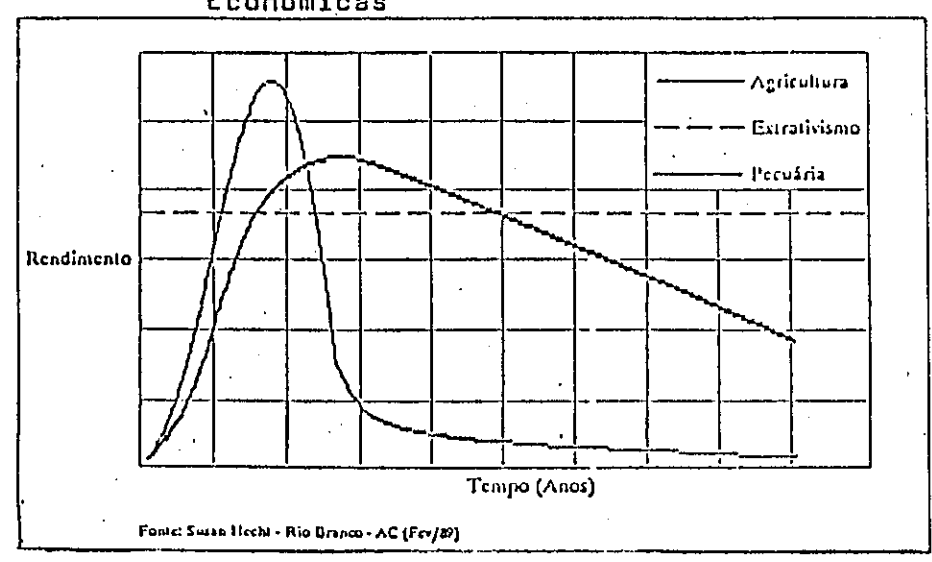
Por outro lado, as ciências sociais há muito demonstraram que nas frentes de expansão, como a Amazônia, as condições de vida são reguladas pelo grau de fartura e não da riqueza, geradas. Segundo o trabalho de Mauro B. de Almeida, professor-pesquisador da UNICAMP e assessor do Conselho Nacional dos seringueiros, no Alto Juruá, Acre, um seringueiro e sua família se utilizam de mais de 150 espécies não cultivadas: 87 florestais, entre as de base alimentar, as madeiras, as medicinais e outras de valor comercial, as quais se somam 65 espécies animais, a maioria de base alimentar, com predominância de mamíferos e aves. Essa, a fartura que os estudos de viabilidade econômica não detectam.

2) - Preços Relativos e Incertezas como Variáveis Explicativas desse Contexto

A fig. 10 bem pode sintetizar o quadro situacional descrito a partir dos aspectos comparativos aqui discutidos. Proposto por Susana Hecht, em estudos comparativos que realizou em 1987 sobre pecuária, a agricultura e o

extrativismo na Amazônia, o gráfico apresentado relaciona os diferentes níveis desustentabilidade dessas atividades.

Fig. 10 - Sustentabilidade das Atividades Econômicas



Dentre as variáveis que explicam a não sustentabilidade da pecuária e agricultura na região, nos moldes como desenvolvidos, são bastante conhecidas as relacionadas com aspectos agrônômicos, de manejo, da inadequabilidade de espécies introduzidas, etc. Na conformação desse quadro, preços relativos e incertezas, no entanto, que fazem pano-de-fundo a todas essas questões, raramente são arrolados entre essas variáveis explicativas. Ao discutí-los nesta seção, este trabalho pretende ampliar e ao mesmo tempo aprofundar o debate sobre a relação sustentabilidade/viabilidade econômica dessas três importantes atividades produtivas da região.

Há uma enorme diferença entre o custo de terra e da mão de obra, de um lado, e custos dos demais fatores de produção, de outro, que restringe grandemente a adoção de tecnologia mais adequadas ao meio-ambiente regional.

A terra, no Norte, além de fator de produção de baixo custo, dadas as próprias condições do mercado, tem o seu valor ainda mais aviltado pelos programas oficiais, que visam a facilitar a apropriação e uso de grandes extensões, pelo grande capital, além de que, em muitos casos, pode ser ocupada sem aquisição ou arrendamento.

O fator trabalho, por sua vez, tem seu custo reduzido pela abundância de mão-de-obra resultante da falta de amplo acesso do pequeno produtor à terra; pelo generalizado não cumprimento das obrigações sociais por parte dos empregadores, já que a força de trabalho, em grande parte, é

utilizada sazonalmente, e pelo grau de exploração a que é submetida, de modo particular nas grandes empresas, onde quase sempre é contratada de forma indireta.

No que se refere ao desenvolvimento e aplicação de conhecimentos técnicos, tanto na administração de atividades e empreendimentos, os custos, ao contrário da terra e da força de trabalho, são mais elevados na Amazônia do que em outras partes do país.

Por uma série de fatores que se reforçam mutuamente como é o caso das dificuldades de comunicação existentes entre o campo e a pesquisa e vice-versa, e da pouca disponibilidades de capacidade técnica, por não ter sido esta empregada na economia tradicional, os custos de melhor gerenciamento agrícola na Amazônia são e continuarão a ser mais elevados lá do que no resto do país, e muito mais elevado em relação ao preço da terra.

Quanto ao capital, seu custos são, geralmente, mais altos na Região Norte, do que em outras regiões. Não só os equipamentos, máquinas, fertilizantes e outros insumos são mais caros, devido aos custos de transporte desde o Centro-Sul ou exterior, como são maiores os custos de uso, aplicação e manutenção desses estoques.

Por outro lado, apesar de os subsídios oficiais estarem dirigidos ao capital, estes não têm sido aplicados em tecnologias que visem o aumento da produtividade, mas quase que tão somente em atividades que tornam possível o acesso à fertilidade natural dos solos, como é o caso dos desmatamentos, não raro substituindo parte do volume de mão-de-obra aí empregada, e na formação de pastagens, através da mecanização.

Logo, além do baixíssimo custo da terra, a política desubsídios oficiais tem promovido, também, a redução dos custos de exploração da sua fertilidade natural, acentuando, ainda mais, a defasagem entre os preços da sua utilização e os custos de aplicar tecnologias. Portanto, numa situação de terras abundantes, como é o caso da Amazônia, o subsídio ao capital acaba por acelerar a transformação ambiental.

Em suma, a conjugação de custos reduzidos da terra e do trabalho, com custos elevados de insumos, capital e capacidade técnica, explica porque tecnologias que dão bons resultados em outras regiões não se difundem na Amazônia e, por conseguinte, porque os recursos naturais são desgastados mais rapidamente.

Como fator condicionante do emprego de tecnologias na utilização dos recursos naturais, as incertezas inerentes à mudanças nos sistemas de produção tradicionais são sobrepujados, apenas, pelos preços relativos características

da Região Norte. Nos três níveis em que ocorrem - ambiental, econômico e institucional -, é provável que lá as incertezas também sejam maiores do que em muitas outras áreas do país.

Nas de caráter ambiental, inclui-se a maior probabilidade de paralização do trabalho por doenças como malária e acidentes na floresta, de ocorrência relativamente grande. Além disso, o acesso ao mercado pode ser interrompido por causa das chuvas, que em muitas áreas provocam inundações e tornam intransitáveis estradas vicinais, isolando o agricultor e acarretando perdas de produção. Dados o baixo nível de renda em geral e as próprias dificuldades impostas por uma ocupação dispersa e desordenada, em tão vasta área, responsáveis, entre outras coisas, pelo alcance pouco significativo dos programas e políticas voltadas à assistência e implantação de uma infraestrutura de apoio, são mais precárias, na Amazônia, as condições e meios de absorver, compensar ou evitar, corrigindo, os revezes e os efeitos negativos causados pelo meio ambiente. Daí, a importância que se dá aos riscos ambientais na Região.

As incertezas econômicas têm origem, principalmente, no generalizado baixíssimo nível de capitalização do agricultor, que não permite riscos em se produzir o que o mercado mais próximo não absorva de imediato, por não possibilitar o estoque de produtos mais sujeitos à instabilidade de preços e não viabilizar a colocação desses próprios produtos em mercados distantes, pelo elevado custo da componente transporte. Dessa forma, consideradas as distâncias interiores da Amazônia, uma diminuição do preço final pode tornar inviável a produção comercial nas áreas mais afastadas, pois a composição dos custos faz com que essa produção seja mais sensível à variações dos preços de mercado.

Por fim, o contexto institucional também gera incertezas. A principal delas parece ser a que tem origem na própria estrutura fundiária, pela falta de segurança configurada na instabilidade da propriedade da terra. O pequeno agricultor não titulado, categoria predominante entre as diversas modalidades de relação jurídica com a terra, se vê cada vez mais na contingência de explorar a área que ocupa, através de atividades que exijam o mínimo de investimento e de tempo para responderem ao esforço dispendido, já que a inconsistência de sua posse o faz sob permanente risco de, mais dias, menos dias, perder a terra para uma grande empresa capitalista. Essa situação, sem dúvida, leva ao agravamento do quadro de incertezas resultante dos fatores ambientais e econômicos, tornando mais difíceis mudanças no sistema tradicional de uso da terra.

Todas essas graves limitações impostas às atividades não tradicionais da região reforçam a importância em considerar-se a capacidade de uso natural de suas terras, no processo de incorporação de suas bases de recursos ao processo produtivo. Chega a ser fantasiosa - e a realidade tem demonstrado isso - a propugnação generalizada de adoção de sistemas de manejo agrícolas desenvolvidos e até mesmo de nível tecnológico intermediário, para superação de condições naturais como baixa fertilidade dos solos, relevo fortemente movimentado, elevados índices de precipitação, umidade, insolação, etc. Do mesmo modo, à domesticação de espécies de valor econômico não cultivadas estariam reservadas estas mesmas limitações e mesmos impedimentos ao seu desenvolvimento. Não que a tecnologia não esteja disponível para suplantação dessas limitações e dificuldades. O contexto amazônico, em face do nosso atual estágio de desenvolvimento, como visto anteriormente, é que não permite a difusão de tecnologias apropriadas às atividades não tradicionais na Região. Portanto, continuar com o atual processo de expansão da "fronteira agrícola" amazônica é continuar reproduzindo situações como as de Rondônia e Acre, numa sucessão de desvarios que hoje já coloca sob risco o potencial econômico da Região e sua própria biodiversidade.

Nesse contexto, as atividades econômicas do setor primário amazônico podem, todas, ser classificadas como extrativistas de fato, porque, em realidade, todas simplesmente extraem. Mas há diferenças fundamentais entre elas. A pecuária e a agricultura extraem, primeiro - quando não queimam, simplesmente - as espécies madeiras de valor comercial, em seguida a floresta e por último a fertilidade natural dos solos. Quando muito, essa extração sustenta a atividade econômica que fomenta, por um período de 12 anos. Essas são, portanto, as atividades extrativistas não auto-sustentadas, que levam ao rápido desgaste dos recursos naturais e à degradação ambiental. Já o extrativismo tradicional, representado pelas atividades desenvolvidas nos seringais, castanhais, açaizais, nas reservas pesqueiras exploradas por populações locais e nos roçados caboclos, extrai o excedente produzido por esses diferentes ecossistemas, tendo desenvolvido um "modus operandi", no trato com a natureza, que lhe assegura a auto-sustentabilidade e garante a manutenção da base de recursos que utiliza. São atividades extrativistas auto-sustentadas; na verdade as únicas atividades que apresentam efetiva sustentabilidade dentre as do setor primário.

Assim, parece evidente que a introdução e difusão de níveis tecnológicos adequados deveriam se dar no âmbito das atividades tradicionais. Voltando à Fig. 10, é fácil verificar que a única atividade passível de potencialização é a extrativista, exatamente por ser a que melhor se ajusta a esse contexto. As demais já estariam atendidas, do ponto de vista tecnológico, dentro dos parâmetros permitidos pelo

contexto, não sendo possível aportar a elas melhor nível tecnológico e reduzir as incertezas a que estão submetidas. Assim, a reta que representa o extrativismo no gráfico da fig. 10 - e que ali pode estar representando outras atividades tradicionais como a pesca não predatória, a agricultura do caboclo, etc. - é a única susceptível de uma inflexão positiva, pelo aporte de apoio e tecnologias apropriadas a seu desenvolvimento, até hoje não cogitados pelo Poder Público. Cabe à pesquisa e à universidade, em particular, papel preponderante na produção e apropriação de tecnologias que atendam à demanda do extrativismo auto-sustentado e consequente viabilização das Reservas Extrativistas. O processo de desenvolvimento regional em curso tem prescindido dessa participação, mas apolítica consequente e voltada para o desenvolvimento sustentado da Região, como hoje requer a sociedade brasileira, não se viabilizará sem o concurso da universidade e da pesquisa.

Todo esse quadro contextual é ainda mais agravado por outra característica do processo de expansão regional: a forma desordenada com que vem se dando. Em outras palavras, pela falta de um zoneamento ecológico-econômico calcado em bases científicas e que seja adotado sem reservas.

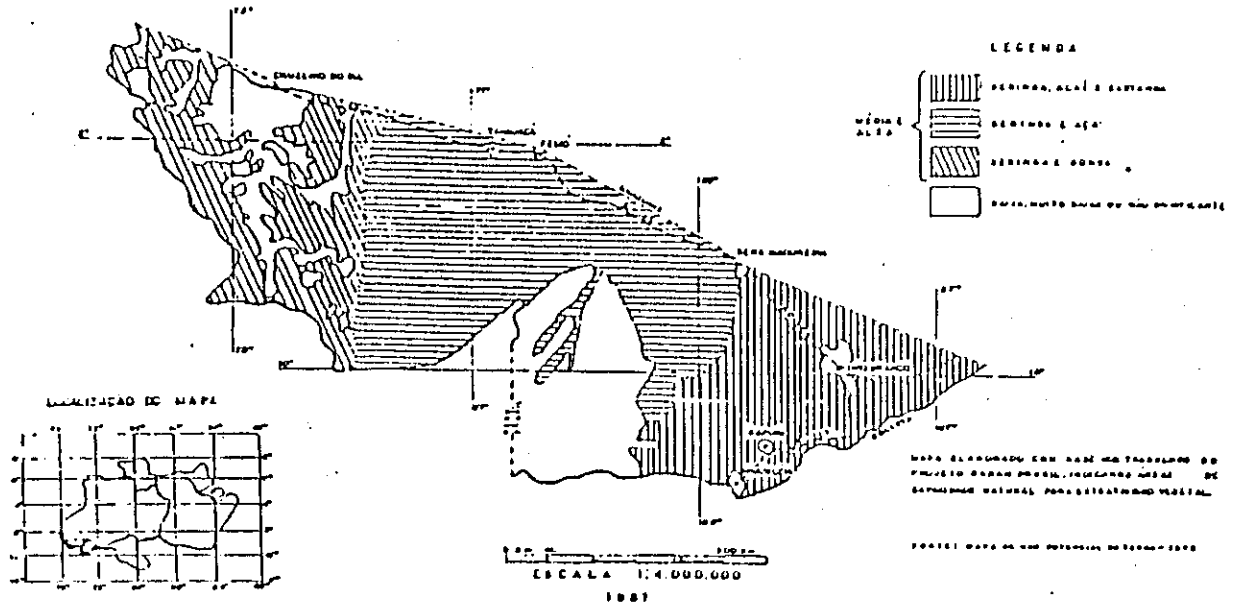
Pelo que se mostrou aqui sobre o Acre, a fig. 11 parece persuasiva quanto a esse desordenamento naquele Estado, o que, em grande medida, ocorre nas demais Unidades Regionais. O cotejo entre a capacidade natural de uso das terras do Estado - em torno de 70% para o extrativismo e apenas 10% para a agropecuária - e a predominante destinação que o processo expansionista a ela está dando - a pecuária - mostra o flagrante equívoco de pretender-se transformar um Estado predominantemente extrativista, em agropecuário (mais pecuário, na verdade). Os resultados dessa inconseqüência são conhecidos: desarticulação de formas eficazes de uso sustentável da floresta, pelo aniquilamento das atividades tradicionais: conflitos de toda espécie, assassinatos, destruição da floresta e com ela a biodiversidade que a caracteriza e da qual a vida moderna depende de forma crescente; acúmulo de problemas sociais nas cidades; aumento da pobreza; etc., etc.

V - POTENCIAL EXTRATIVO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Até 1975, segundo o projeto RADAMBRASIL, a Amazônia brasileira possuía, aproximadamente, 1/3 do seu território sob domínio de florestas com capacidade natural de uso para extrativismo auto-sustentável de nível médio a elevado. Isso representava algo em torno de 1,2 milhão de km² ou 120 milhões de hectares, com bom potencial extrativo. Hoje, passados 15 anos desde esse levantamento e tendo o processo expansionista avançado muito na região, atingindo de forma drástica áreas extrativistas como os castanhais de Marabá e seringais no Acre, esse quadro já não é o mesmo, mas, ainda

Fig. 11

MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
 PROJETO DE ASSENTAMENTO EXTRATIVISTA
 ESTADO DO ACRE
 EXTRATIVISMO VEGETAL
 (Classificação de Capacidade Natural)



MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
 PROJETO DE ASSENTAMENTO EXTRATIVISTA
 ESTADO DO ACRE
 AGRICULTURA E PECUÁRIA
 (Classificação de Capacidade Natural)

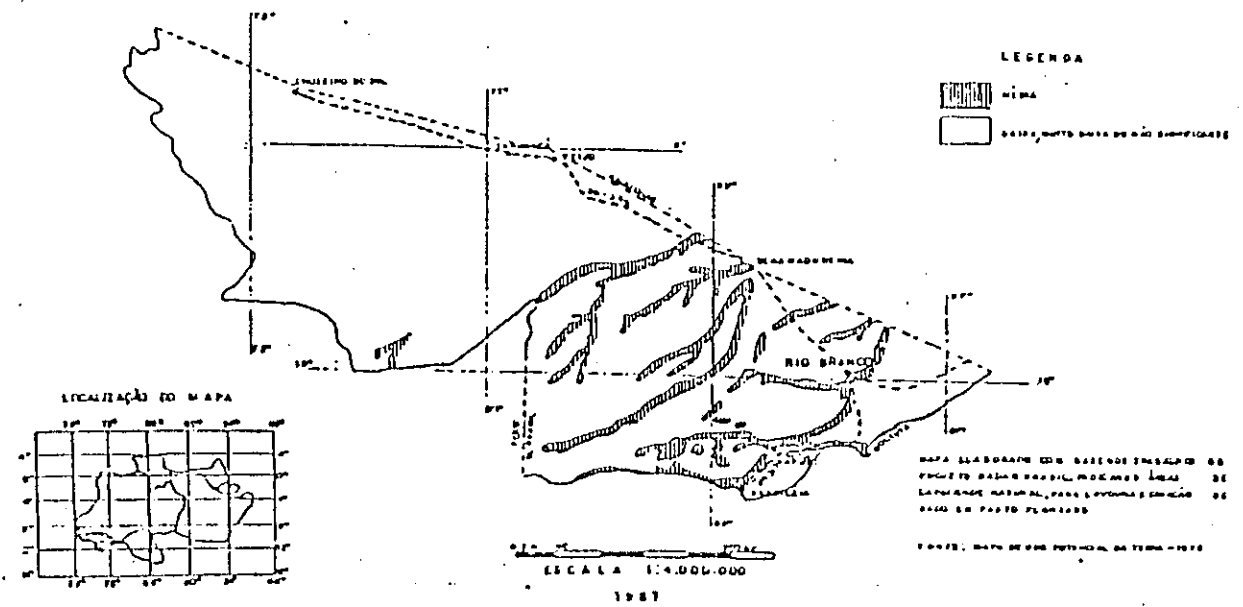


Fig. 12

PROJETO DE ASSENTAMENTO EXTRATIVISTA

Projetos Criados

UNIDADE FEDERATIVA	PROJETOS	ÁREA (ha)	FAMÍLIAS
ACRE	Porto Dias	22.145	83
	Riozinho	35.896	120
	Cachoeira	24.973	80
	Sta. Quitéria	44.000	150
	S. Luiz do Romão	<u>39.572</u>	<u>130</u>
Total		166.586	563
AMAPÁ	Maracá I	75.000	214
	Maracá II	22.500	94
	Maracá III	<u>226.000</u>	<u>760</u>
Total		323.500	1.068
AMAZONAS	Antimary	260.227	867
	Terruaã	<u>139.235</u>	<u>426</u>
Total		399.462	1.293
<u>TOTAL GERAL</u>		<u>809.548</u>	<u>2.924</u>

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
 Diretoria de Assentamento - DP
 Coordenação do Projeto de Assentamento Extrativista
 (Dezembro/89)

Fig. 13

RESERVAS EXTRATIVISTAS

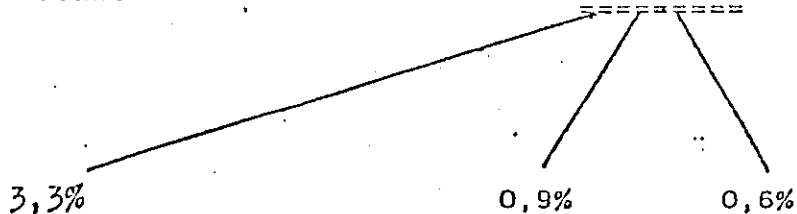
Áreas Criadas

<u>Unidade Federativa</u>	<u>Reserva</u>	<u>Área(ha)</u>	<u>Famílias</u>
<u>Acre</u>	Alto Juruá	506.186	1.600
	Chico Mendes	970.570	3.000
<u>Amapá</u>	Rio Cajari	481.650	1.000
<u>Rondônia</u>	Rio Ouro Preto	204.583	650
Totais		<u><u>2.162.989</u></u>	<u><u>6.250</u></u>

Projetos de Assentamento Extrativista e Reservas Extrativistas

(totais)

<u>Modalidade</u>	<u>Área (ha)</u>	<u>Famílias</u>
Projetos de Assentamento Extrativista	889.548	2.924
Reservas Extrativistas	<u>2.162.989</u>	<u>6.250</u>
Totais	<u><u>3.052.527</u></u>	<u><u>9.174</u></u>



(Potencial Extr.Regional) (Amazônia Clássica) (Amazônia Legal)

Obs.: 25% (ou 90 milhões ha) da Amazônia Clássica são dotados de potencial extrativo.

Fig. 14

PROGRAMA NACIONAL DE RESERVAS EXTRATIVISTAS
IBAMA/CNS/IEA.

Programação de Prioridades para Criação de Reservas Extrativistas na
Amazônia, a nível de Unidade Federativa.

META PARA 1990/91

Unidade Federativa	Area Prioritária 1990/91 (1.000 ha)	Número de Seringueiros	Número de Famílias
Acre	2.400	12.000	8.000
Amapá	400	2.000	1.333
Amazonas	3.500	18.150	11.550
Pará	1.500	7.500	5.000
Rondônia	500	2.500	1.650
Roraima	100	500	330
Totais	8.400	42.650	27.863

FONTE: INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS.

Fig. 15

PROGRAMA NACIONAL DE RESERVAS EXTRATIVISTAS
IBAMA/CNS/IEA

Programação de Prioridades para Criação de Reservas Extrativistas na Amazônia, a nível de Unidade Federativa.

SITUACÃO ATUAL

Unidade Federativa	Número de Seringueiros	Número de Famílias ⁽¹⁾	Áreas com Potencial Extrativo (1.000 ha.)	Área ocupada (1.000 ha.)	Área ocupada + potencial de expansão Meta: 1990/95
Acre	24.000	16.000	10.000	4.800	7.680
Amapá	3.000	2.000	1.400	600	966
Amazonas	33.000	21.000	45.000	6.300	10.080
Pará	15.000	10.000	25.000	3.000	4.800
Roraima	5.000	3.300	5.700	990	1.584
Roraima	1.000	660	450	198	316
Totais	81.000	52.960 (1)	87.550	15.888	25.426 (2)

FONTE: IBGE, Censo Demográfico, 1980
Projeto RADAMBRASIL
INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS.

(1) O número de famílias é obtido dividindo-se o número de seringueiros por 1,5 que é o número médio de seringueiros por família.

(2) Nesse total está incluído um potencial de expansão de 60% para absorver nas próximas décadas o crescimento vegetativo da população e os seringueiros expulsos para países fronteiriços.

assim, pelo menos 25% do território amazônico ou 90 milhões de hectares continuam dotados desse potencial. Isso representaria uma capacidade de absorção de aproximadamente, 300 mil famílias extrativistas, considerando o tamanho médio de uma "colocação" de seringa igual a 300 hectares.

No entanto, se considerarmos as áreas com capacidade natural de uso para o extrativismo abaixo do nível médio, mas que, mesmo assim, são grandes produtoras extrativistas, verifica-se de 40% a 50% da região tem vocação extrativista. Esse aspecto, mais o fato de que nas áreas onde predominam os açaizais - grandes extensões no estuário amazônico - as "colocações" teriam tamanho médio de 20 ha, (além da potencialização dessas áreas, que as Reservas Extrativistas tornam possível), leva a constatação de que a projetada capacidade de absorção de famílias desse potencial seja consideravelmente maior. Talvez não inferior a 700 mil.

Por apresentar efetivo potencial de desenvolvimento sobre 25% da região, o extrativismo representa a opção natural para essas áreas, onde deve predominar como atividade produtiva. Dessa forma, as Reservas Extrativistas constituem uma das alternativas ao desmatamento na Amazônia, na mesma medida que a agricultura, apicultura, a pesca, a mineração, o manejo florestal para exploração auto-sustentada de madeira, também constituem alternativas ao desmatamento, quando ajustadas às condições de sustentabilidade que os diferentes ecossistemas amazônicos exigem. Portanto, cada atividade produtiva constitui uma opção natural de localização física determinada, que somente o zoneamento pode ordenar. Dessa forma, um modelo de desenvolvimento - ou qualquer outra denominação que a ele se dê para a Amazônia - será constituído, sempre, por um conjunto de diferentes formas ou alternativas de ocupação e uso da floresta, em atendimento à natural diversidade amazônica. Ressalte-se, no caso específico, que mesmo que toda extensão regional com potencial para o desenvolvimento dessa atividade fosse transformada em Reservas Extrativistas, ainda assim teríamos apenas 1/4 da região sob essa forma de ocupação, o que representaria apenas a metade do que o Código Florestal Brasileiro (Art.44) manda preservar na Amazônia.

VI - SITUAÇÃO ATUAL DA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS

Reconhecida pelo Poder Público em 1987, a proposta dos seringueiros, como visto anteriormente, foi encampada no âmbito do INCRA, em julho daquele ano e pelo IBAMA, em janeiro de 1990.

Hoje, três anos e meio depois de iniciado esse processo, são 14 as Reservas Extrativistas criadas - dez das quais pelo INCRA, sob a denominação de Projetos de

Assentamento Extrativista, num total de 3.052.527 hectares, onde vivem 9.174 famílias (ver fig 12 e 13). Embora isso represente um marco muito importante na luta dos trabalhadores extrativistas, nenhuma dessas Reservas encontra-se efetivamente implantada, tendo em vista, principalmente, dificuldades e entraves políticos-institucionais, que o processo de implantação e desenvolvimento dessas áreas criadas vem enfrentando. No mais, as 14 reservas representam um percentual muito pequeno da extensão regional com potencial extrativo e ínfimo quando comparadas com a extensão territorial da região, o que mostra o quanto de esforço terá ainda que ser desenvolvido para atender à demandas prioritárias das populações extrativistas, conforme proposto no âmbito do Programa Nacional de Reservas Extrativistas (fig. 14 e 15).

VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Extrativismo auto-sustentado é uma especificidade presente em todas as regiões brasileiras, com destaque para a Amazônia, dado o papel histórico dessa atividade na economia regional e, sobretudo, pelo que representa com "modus operandi" de uma realidade sócio-ecológica que o Estado brasileiro ainda não incorporou ao seu instrumental de intervenção nas assim chamadas áreas de "fronteira agrícola".

Atualmente, é uma das raras atividades dotadas de auto-sustentabilidade nas regiões tropicais do Planeta, cujas bases de recursos incorporadas aos modernos processos e formas de utilização econômica, vêm sucumbindo diante da linearidade transformista dos programas de desenvolvimento voltados para essas áreas.

Propostas para atender a essas especificidades, as Reservas Extrativistas constituem espaços territoriais especialmente protegidos para o uso de recursos naturais extrativos e em benefício das populações extrativistas, sendo, portanto, passíveis de criação sobre quaisquer bases de recursos, desde que utilizadas de forma sustentada (florestais, pesqueiros, etc.).

Sua implementação permite a regulamentação de áreas contínuas, tais como os antigos seringais, assegurando a manutenção das condições naturais e de biodiversidade de grandes extensões da floresta e garantindo, às populações envolvidas, autonomia, direito ao usufruto pleno das bases de recursos e a potencialização de suas atividades econômicas e sociais.

Considerando-se que 25% (ou 90 milhões de hectares) da Amazônia brasileira apresentam potencial extrativo, e em face da realidade de pressões latifundiárias e ações regulares de grupos de intervenção, os mais diversos, faz-se

fundamental a transformação do maior estoque possível de terras dessa extensão em Reservas Extrativistas. Imprescindível, também, que se promova a conscientização e mobilização da sociedade em geral, em prol da criação dessas Reservas. Isso Poderia ser alcançado através da imprensa e da atuação permanente de jornalistas, educadores e ambientalistas num trabalho de formação de opinião junto às escolas e à comunidade.

A necessidade e urgência da criação de novas Reservas Extrativistas estão contempladas no Programa Nacional de Reservas Extrativistas, a ser implantado pelo IBAMA, em convênio com o Conselho Nacional dos Seringueiros e o Instituto de Estudos Amazônicos. Esse programa está sendo proposto de acordo com as prioridades identificadas pelo Conselho, que define a meta de atendimento a 84.750 famílias no quinquênio 1990/1995, 27.863 das quais a serem atendidas até o final de 91, através da criação de novas Reservas Extrativistas (tabelas a seguir, com informações em nível de Unidade Federativa).

Dentre as demais medidas a serem implementadas para a consolidação da proposta dos trabalhadores extrativistas, as mais importantes são:

- a) Conceituação legal de Reserva Extrativista, através de lei. Ou seja, transformar o Decreto Lei 98.897, de 31.01.90, que regulamenta a figura da Reserva Extrativista, em lei ordinária;
- b) Demarcação das Reservas criadas e concessão de uso das mesmas, com a maior brevidade possível e
- c) Potencialização dos recursos naturais, humanos e sócio-econômicos das Reservas.

Estando assegurada a legislação básica que permite a criação de áreas para as Reservas Extrativistas, torna-se imperativa uma redefinição, a curto prazo, dos recursos arrecadados pela TORMB ², visando ao estabelecimento de um Programa Nacional de Reservas Extrativistas.

As medidas propostas pelo trabalhadores são as seguintes:

- manter o preço mínimo para a borracha nativa, segundo as atuais formas de cálculo, que asseguram um salário mensal para o produtor de borracha;
- manter o controle de mercado para que seja absorvida a produção de borracha natural;

² "Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha"

- cobrar as taxas sobre a importação nos mesmos moldes atuais;
- abolir as taxas sobre a borracha nacional natural e sintética;
- redirecionar os recursos para a implantação de um Programa Nacional de Reservas Extrativistas;
- manter o aporte para a manutenção da sede e pessoal do IBAMA, até o máximo de 10% dos recursos gerados pela TORMB
- e institucionalizar a participação do Conselho Nacional dos Seringueiros na instância de governo que define o plano de investimentos dos recursos gerados pela TORMB.

Esta política deveria ser mantida até que se conclua e se estabeleça, por lei, o zoneamento ecológico-econômico da Amazônia e até que novos produtos e novos mercados, resultantes da pesquisa, possam se transformar em novas políticas de desenvolvimento para a Região.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

FUNDAÇÃO DE TECNOLOGIA DO ESTADO DO ACRE. "Monitoramento da Cobertura Florestal do Estado do Acre, Desmatamento e Uso Atual da Terra". Rio de Janeiro, 1990.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. "Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia" - Planaflo. Porto Velho, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. "Programa Nacional de Reservas Extrativistas". Brasília, 1990.

MENEZES, MÁRIO A. "O Atual Estágio de Conhecimento Sobre os Recursos Naturais da Amazônia: Pressuposto para Definição de uma Política de Ocupação" Brasília, 1980.

----- "O Projeto Jari, o Castanheiro/Seringueiro e o Meio Ambiente". Brasília, 1988.

----- "As Reservas Extrativista na Luta de Chico Mendes". Brasília, 1989.

----- "O Projeto de Assentamento Extrativista no Contexto da Reforma Agrária". Brasília, 1989.

----- "Regularização Fundiária da Reserva Extrativista Chico Mendes: Diagnóstico e Proposta de Encaminhamento". Brasília, 1990.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SUPLAM e UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - CEDEPLAR. "Ocupação Agrícola da Amazônia: Primeiros Estudos para a fixação de Diretrizes" Brasília e Belo Horizonte, 1979.

SILVA, ADALBERTO FERREIRA DA. "Raízes da Ocupação recente das Terras do Acre: Movimento de Capitais, Especulação Fundiária e Disputa pela Terra". Belo Horizonte, 1982

SILVA, JOSÉ GRAZIANO DA. "A Modernização Dolorosa: Estrutura Agrária, Fronteira Agrícola e Trabalhadores Rurais no Brasil" Rio de Janeiro, 1982

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - CEDEPLAR. "Migrações Internas na Região Norte: O Caso Acre (Relatório de Pesquisa)" Belo Horizonte, 1979.